



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira**  
**Terceira Câmara Criminal**

049

**APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0193535-9**

COMARCA	: Caruaru – 1ª Vara Criminal
APELANTE	: Willams Jamerson de Oliveira Pacheco
APELADO	: Ministério Público do Estado de Pernambuco
PROCURADORA	: Dra. Eleonora de Souza Luna
RELATORA	: Desa. Alderita Ramos de Oliveira
REVISOR	: Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

**EMENTA:**

PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. TRÁFICO DE DROGAS. PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO. SENTENÇA CONDENATÓRIA QUE GUARDA HARMONIA COM A PROVA DOS AUTOS. ALEGAÇÃO DE EXACERBAÇÃO DA PENA. INOCORRÊNCIA. APELO IMPROVIDO.

I – Descabe desclassificação do tipo penal. inserto no art. 33, para o art. 28, da Lei 11.343/06, quando inexistente nos autos prova tendente a demonstrar ser, o recorrente, usuário da droga apreendida.

II – Não se mostra exacerbada a pena base aplicada pouco acima do mínimo legal, quando as circunstâncias judiciais do réu, analisadas a teor do art. 59, do CP, não lhes são favoráveis. O Juízo recursal somente pode reexaminar o *decisum* quanto à dosimetria da pena na hipótese de erro ou ilegalidade prontamente verificável, em flagrante afronta ao art. 59, do Código Penal, o que não é o caso dos autos. Precedentes do STJ.

III - Recurso improvido. Decisão unânime.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos da **Apelação Criminal nº 0193535-9**, no qual figuram como partes as retronominadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à **unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.




**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira**  
**Terceira Câmara Criminal**

050

Recife, 04 de fevereiro de 2006 .

  
Presidente

  
Desa. Alderita Ramos de Oliveira - Relatora



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira**  
**Terceira Câmara Criminal**

051

**APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0193535-9**

COMARCA : Caruaru – 1ª Vara Criminal  
APELANTE : Willams Jamerson de Oliveira Pacheco  
APELADO : Ministério Público do Estado de Pernambuco  
PROCURADORA : Dra. Eleonora de Souza Luna  
RELATORA : Desa. Alderita Ramos de Oliveira  
REVISOR : Des. Cláudio Jean Nogueira Virginio

**RELATÓRIO**

**Willams Jamerson de Oliveira Pacheco** foi denunciado (fls. 02/03) como incurso nas penas do art. 33<sup>1</sup> da Lei nº 11.343/2006 e art. 14<sup>2</sup> da Lei nº 10.826/2003.

Narra a peça acusatória que no dia 17 de dezembro de 2007, por volta de 1 hora da madrugada, na Rua Professora Maria Vitorino, no bairro Centenário, nesta cidade, policiais militares realizavam diligências rotineiras, com a finalidade de combate à violência e tráfico de droga, quando observaram o acusado e o abordaram, quando encontraram em poder do mesmo um revólver Taurus, calibre 38, número 1180833, municiada com três cartuchos intactos, além de mais seis cartuchos intactos do mesmo calibre, bem como, 50 "pedras" de substância entorpecente conhecida por "crack", cuja substância era destinada à comercialização. Os policiais se dirigiram à casa do denunciado onde encontraram mais doze "pedras" de crack, além da importância de R\$ 685,70, provenientes do comércio da droga, além de 55 gramas de maconha, 100 pequenas bolsas plásticas para embalagem da droga, e 42 cartuchos intactos calibre 38, marca CBC, (...).

Encerrada a instrução criminal, o acusado foi condenado pelo crime tipificado no art. 33 da Lei nº 11.343/2006 à pena base de oito anos de reclusão, a qual foi reduzida em 6 (seis) meses em aplicação à circunstância

<sup>1</sup> Art. 33 - Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar:

Pena - reclusão de 5 (cinco) a 15 (quinze) anos e pagamento de 500 (quinhentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias-multa.

<sup>2</sup> Art. 14 - Portar, deter, adquirir, fornecer, receber, ter em depósito, transportar, ceder, ainda que gratuitamente, emprestar, remeter, empregar, manter sob guarda ou ocultar arma de fogo, acessório ou munição, de uso permitido, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar:

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira**  
**Terceira Câmara Criminal**

052

atenuante da menoridade, à época do crime, e em 1/6 pelo reconhecimento da causa de diminuição da pena prevista no § 4º do art. 33, da Lei nº 11.343/06, tornando-a definitiva em 6 (seis) anos e 3 (três) meses de reclusão.

Com relação ao crime previsto no art. 14, da Lei nº 10.826/2003, foi-lhe aplicada a pena base de três anos de reclusão, reduzida em 6 (seis) meses em aplicação à circunstância atenuante de ser o acusado, à época do fato delitivo, menor de vinte e um anos de idade, tornando-a definitiva em 2 (dois) anos e 6 (seis) meses de reclusão, penas estas que totalizaram 8 (oito) anos e 9 (nove) meses de reclusão, em aplicação à regra contida no art. 69<sup>3</sup> do Código Penal (concurso material), a ser cumprida em regime inicialmente fechado, nos termos da sentença de fls. 126/139.

Inconformado, o réu interpôs tempestivo recurso apelatório (fl. 147), oferecendo razões recursais às fls. 158/179, pugnando pela desclassificação do delito previsto no art. 33 da Lei nº 11.343/2006 para o crime tipificado no art. 28<sup>4</sup> do mesmo dispositivo legal, e, alternativamente, a aplicação da pena em seu mínimo legal.

O Ministério Público de 1ª instância ofereceu contrarrazões de apelação (fls. 181/183), rechaçando as alegações ali contidas, pugnando pela manutenção da sentença em todos os seus termos.

A douta Procuradoria de Justiça, na pessoa da Dra. Eleonora de Souza Luna, ofereceu parecer (fls. 192/195), opinando pelo improvimento do recurso.

É o relatório.  
À douta revisão.

Recife, 14 de outubro de 2009.

*Alderita Ramos de Oliveira*  
Desa. Alderita Ramos de Oliveira - Relatora

<sup>3</sup> Art. 69 - Quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não, aplicam-se cumulativamente as penas privativas de liberdade em que haja incorrido. No caso de aplicação cumulativa de penas de reclusão e de detenção, executa-se primeiro aquela.

<sup>4</sup> Art. 28 - Quem adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trazer consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar será submetido às seguintes penas:

- I - advertência sobre os efeitos das drogas;
- II - prestação de serviços à comunidade;
- III - medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo.



053 05

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira**  
**Terceira Câmara Criminal**

**APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0193535-9**

COMARCA : Caruaru – 1ª Vara Criminal  
APELANTE : Willams Jamerson de Oliveira Pacheco  
APELADO : Ministério Público do Estado de Pernambuco  
PROCURADORA : Dra. Eleonora de Souza Luna  
RELATORA : Des. Alderita Ramos de Oliveira  
REVISOR : Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio.

**VOTO**

Insurge-se, o apelante contra decisão que o condenou à pena de 8 (oito) anos e 9 (nove) meses de reclusão, por violação ao art. 33 da Lei nº 11.343/2006 e art. 14 da Lei nº 10.826/2003, pugnando pela desclassificação do delito previsto no art. 33 da Lei nº 11.343/2006 para o crime tipificado no art. 28 do mesmo dispositivo legal, ao argumento de que não restou comprovado nos autos que a droga destinava-se à comercialização, e, ainda, alternativamente, a aplicação da pena em seu mínimo legal.

A materialidade dos delitos encontra-se comprovada no auto de apresentação e apreensão (fl. 37), no auto de constatação de substância entorpecente (fl. 39), no exame de verificação de eficiência de arma de fogo (fl. 50) e nos laudos periciais de fls. 71/79 dos autos.

A autoria, por sua vez, restou evidenciada nos autos, ante a confissão do recorrente perante a autoridade policial (fls. 13/14) em conjunto com os demais depoimentos colhidos por ocasião do inquérito policial (fls. 08/09, 10/11) e da instrução criminal (fls. 100/104).

A pretensão do Apelante de se ver condenado pela prática do crime previsto no art. 28 da Lei nº 11.343/2006 não merece acolhimento.

Por ocasião da prisão em flagrante delito, o recorrente afirmou (fls. 13/14):

*"(...) que na ocasião em que adquiriu as munições, o indivíduo Buga afirmou ao interrogado que tinha um negócio que lhe interessava, tendo informado que se tratava do tráfico de CRACK, o qual seria adquirido na Cidade de Santa Cruz do Capibaribe, próximo ao Pólo de Confecções de um indivíduo cujo nome não quis revelar; que o*



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira**  
**Terceira Câmara Criminal**

054

*interrogado interessou-se pelo negócio, tendo em vista que segundo o Buga o interrogado adquiria 50g (cinquenta gramas) de crack ao preço de R\$ 1.750,00 (um mil setecentos e cinquenta reais) e dependendo de sua desenvoltura, conseguir um pouco mais de R\$ 2.000,00 (dois mil reais); que o interrogado marcou com o tal Buga e há cerca de duas semanas atrás efetuou a primeira compra de Crack, cuja pedra pesava 50g (cinquenta gramas), tendo o Buga intermediado a negociação para que o autuado adquirisse fiado a droga e pagar com o apurado, o que foi feito; que o autuado apurou dois mil e poucos reais, tendo deixado a sobra em dinheiro para a próxima compra; que há cerca de quatro dias o interrogado retornou a Santa Cruz para novamente comprar a referida droga naquela cidade, onde pagou à vista R\$ 1.750,00 (mil setecentos e cinquenta reais) por uma pedra bruta de crack, pesando 50g (cinquenta gramas); que afirma o interrogado que a droga era dividida pela sua pessoa em um terreno baldio pertencente a João dos Cocos próximo a "favela do Afonsinho" e trazido para sua residência; para ser guardada, esclarecendo que a sua genitora não tinha conhecimento deste fato; que a referida droga era revendida no Bairro Centenário; que por volta das 23:00h de ontem o interrogado saiu para revender a droga no Bairro Centenário e por volta de 01:00h da madrugada de hoje, o autuado resolveu voltar para casa, pois o movimento estava muito fraco, ocasião em que efetuou uma ligação para sua companheira Geisiane Rebeca da Silva, de 15 anos de idade, mãe de sua única filha de 17 dias de nascida, e pediu para que ela (Geisiane) viesse de táxi apanhá-lo, momento em que ele autuado foi abordado por policiais militares e tentou se livrar da bolsa contendo a droga, (...); que o dinheiro encontrado em cédulas e moedas eram provenientes da venda da droga adquirida pelo interrogado; que afirma que o interrogado em conversa com outros traficantes, foi aconselhado a não dividir com outras pessoas a droga para revenda para não ser ludibriado; (...)"*

Em que pese ter o apelante se retratado de sua confissão extrajudicial perante a autoridade judiciária (fls. 99/100), esta não pode ser desprezada, pois como visto na fase inquisitorial, o mesmo relata com riqueza de detalhes como era feita a comercialização da droga.

Ademais, a quantidade de droga encontrada em seu poder e os demais objetos apreendidos (fl. 37) deixa evidente que o Apelante não



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira**  
**Terceira Câmara Criminal**

055

pretendia ter a droga apenas para consumo, restando clara a sua intenção de traficar, além do que o tipo descrito no art. 33 é de múltipla ação; realizada qualquer uma delas, está configurado o crime ali previsto.

Os depoimentos dos policiais responsáveis pelo flagrante, na fase inquisitorial e em juízo, foram bastante enfáticos no que se refere à prática do delito pelo apelante, sendo de grande importância os seus depoimentos, mostrando-se incabível a alegação de insuficiência de provas acusatórias para ensejar a sua condenação por tráfico de entorpecentes.

José Sivaldo de Melo, policial militar, em juízo, asseverou (fl. 103):

*"que o local onde o acusado foi encontrado e a droga apreendida é uma boca de fumo, ou seja, lugar próprio onde há tráfico e comercialização de drogas; (...); que quando a polícia anunciou a chegada, o acusado soltou algo no chão; que na revista tratava-se de drogas; que foram encontradas duas bolsas usadas para embalar Dudu, sendo cada bolsa com vinte e cinco pedras de crack, totalizando cinquenta pedras de crack; que na ocasião o acusado confessou que tinha vindo entregar as pedras de crack na boca de fumo de Loreta; (...); que o acusado em sua casa confessou ter adquirido a droga na cidade de Santa Cruz do Capibaribe e que levou para distribuir a mesma na boca de fumo de Loreta para a mesma ser comercializada; (...)"*

Vê-se, pois, que a alegação do apelante de que a droga destinava-se a consumo próprio não guarda harmonia com os elementos de prova encontrados nos autos, tendo em vista o modo de acondicionamento e pela quantidade de crack que transportava o recorrente.

Registre-se, por fim, que as testemunhas de defesa arroladas em nada contribuíram para sustentar a tese defensiva objeto do presente recurso.

Dessa forma, a sentença que condenou o apelante nas penas do art. 33 da Lei nº 11.343/2006 não merece qualquer reparo.

No que concerne ao argumento de exacerbação da pena definitiva aplicada, pugnando, o apelante, pela sua redução ao mínimo legal,



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira**  
**Terceira Câmara Criminal**

056

é de se notar que o magistrado de 1º grau, ao aplicar a pena, levou em consideração os critérios previstos no art. 59 do CP.

Ao fundamentar a dosimetria e a fixação da pena (fls. 134/135), o douto Juiz sentenciante asseverou:

*"(...) As substâncias apreendidas são nocivas à saúde humana, mas, sem dúvida, o "crack" é a pior delas, dado o seu poder de absorção pelo organismo e pela velocidade em que torna o usuário dependente, o que o torna muito mais perigoso para a saúde do que a própria maconha. A quantidade de maconha foi pequena, mas a de "crack" foi relativamente considerável, uma vez que as três pedras maiores, consoante disseram as testemunhas, daria para fazer de cento e cinquenta a duzentas pedras pequenas após o fracionamento. Consoante já mencionado acima, a personalidade do réu lhe é desfavorável e deve também preponderar em relação ao quantum da pena. Por fim, a conduta social lhe é favorável e preponderante. Pena base. O art. 33 da Lei 11.343/2006 fixa para o delito de tráfico de drogas a pena de reclusão de 5 a 15 anos, e pagamento de 500 (quinhentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias-multa, enquanto o do art. 14 da Lei 10.826/03 fixa para o delito de porte ilegal de arma de fogo a sanção de 2 a 4 anos, além da multa. Considerando o acima fundamentado, à luz do art. 59 do CP, tenho por razoável fixar-lhe a pena base do delito de tráfico em oito anos de reclusão e a pena base do crime de porte ilegal de armas em três anos."*

É de se notar que o magistrado fixou a pena base para os crimes de porte ilegal de arma de fogo e tráfico de entorpecentes em patamar pouco acima do mínimo legal. Reconheceu circunstância atenuante de ser o acusado, à época do crime, menor de vinte e um anos de idade, reduzindo cada pena em seis meses, e, ainda, aplicou a causa de diminuição da pena para o crime de tráfico prevista no § 4º, do art. 33, da Lei nº 11.343/2006, diminuindo a pena em 1/6, tornando a pena definitiva para o crime de tráfico em seis anos e três meses de reclusão e a do porte ilegal de arma de fogo em dois anos e seis meses de reclusão.

Dessa forma, as penas aplicadas isoladamente, que somadas (art. 69, CP) totalizaram oito anos e nove meses de reclusão, não podem ser consideradas exarcebadas, uma vez que fixadas pouco acima do mínimo legal, levando-se em consideração, ainda, as circunstâncias e conseqüências





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira**  
**Terceira Câmara Criminal**

057

do crime, bem como a quantidade de droga apreendida em poder do apelante.

A propósito, em recente decisão, o Superior Tribunal de Justiça adotou o seguinte entendimento:

**PENAL. PROCESSUAL PENAL. RECURSO ESPECIAL. TRÁFICO DE ENTORPECENTES.**

**PENA-BASE. DESPROPORCIONALIDADE. NOVA DOSIMETRIA DA PENA. PERDA DO CARGO PÚBLICO. EFEITO EXTRAPENAL DEPENDENTE DO NOVO CÁLCULO DA PENA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.**

**1. Consoante entendimento do Superior Tribunal de Justiça, a quantidade de droga apreendida pode servir de fundamento para o aumento da pena-base, respeitado o princípio da proporcionalidade.**

**2. O enquadramento previsto no art. 92, inciso, I, alínea "b", do Código Penal depende de nova fixação da pena, uma vez que caracteriza pena acessória.**

**3. Recurso especial conhecido e parcialmente provido para determinar novo cálculo da pena com base no princípio da proporcionalidade.**

**(REsp 1009037/AC, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, QUINTA TURMA, julgado em 23/06/2009, DJe 03/08/2009) (Grifei)**

Ademais, a orientação reiteradamente firmada no STJ é no sentido de que somente nas hipóteses de erro ou ilegalidade prontamente verificável na dosimetria da reprimenda, em flagrante afronta ao art. 59 do Código Penal, pode a Corte recursal reexaminar o *decisum* em tal aspecto, o que não é o caso dos autos. (STJ - HC nº 74.482/PR, Relator o Ministro Gilson Dipp, DJ 06.08.2007).

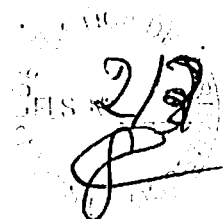
Isto posto, diante de tudo que consta nos autos, e em consonância com o parecer da douta Procuradoria de Justiça, nego provimento ao recurso.

Recife, 04 de fevereiro de 2010

  
Desa. Alderita Ramos de Oliveira - Relatora



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
GAB. DO DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO**



058

**PROCESSO Nº: 0193535-9**  
**COMARCA: CARUARU**  
**VARA: 1ª VARA CRIMINAL**  
**APELANTE: WILLAMS JAMESON DE OLIVEIRA PACHECO**  
**APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO**

**VOTO REVISOR**

Acompanho o relator, em todos os seus termos, por seus próprios fundamentos, **negando** provimento ao apelo, mantendo a sentença de primeiro grau em todos os seus termos.

É como voto.

Recife, 04 / 09 / 2009.

*Cláudio*  
Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio  
Revisor